

“Diálogo Público” busca aprimorar governança pública em todo o país



diálogo público

para a melhoria da governança pública

Em 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu dar continuidade ao projeto Diálogo Público, que, em anos anteriores, já percorreu diversas cidades brasileiras em busca de aproximar o tribunal da sociedade. Em sua nova edição, o projeto tem como tema principal a melhoria da governança pública. As conversas ocorrerão em diversos estados, com prefeitos e gestores de unidades jurisdicionadas do TCU.

O objetivo de cada encontro é apresentar a nova diretriz da governança para o controle da gestão e tratar de temas como licitações e contratos, convênios, obras e controle interno.

Sem abrir mão de apurar a legalidade dos atos da administração, o tribunal busca atuar de forma mais pedagógica para auxiliar gestores a adotar medidas que evitem, já na origem, irregularidades que se repetem ano após ano, como sobrepreço, superfaturamento, licitação irregular, falta de projetos básico ou executivo e inadequados estudos ambientais.

A primeira edição do ano ocorreu em Brasília, em 15 de maio para falar sobre o aperfeiçoamento da administração pública na governança de pessoal. Na abertura do evento, o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, ressaltou a necessidade de uma boa governança: “O desperdício dos recursos públicos do País continua aconte-

cendo e para acabar com isso, precisamos de uma boa governança”. Ele ainda destacou a importância das pessoas que trabalham nas instituições: “A maior riqueza de uma nação são as pessoas”.

O evento, realizado na sede do Tribunal Superior Trabalho, contou com 700 participantes, entre membros da alta administração e gestores de pessoal e de auditoria das instituições federais que serão avaliadas pelo TCU em levantamento de governança de pessoal.

O ministro-substituto do TCU Marcos Bemquerer Costa deu início às palestras com o tema “Governança aplicada à gestão de pessoas”. Ele explicou a diferença entre governança e gestão e frisou que “transparência, integridade e prestação de contas são princípios que norteiam as boas práticas de governança”.

PORTO ALEGRE

A primeira edição estadual do Diálogo Público 2013 ocorreu em Porto Alegre (RS) em 28 de maio e reuniu mais de 500 pessoas de toda

a Região Sul. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), contou também com a parceria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

O presidente Augusto Nardes ressaltou, durante o evento, que o trabalho do tribunal é exigir rigor com o gasto público. Ao mesmo tempo, enfatizou a importância de prevenir as irregularidades mais recorrentes, que geram condenações. Ele enfatizou que, para melhorar o desempenho dos administradores públicos, o TCU está investindo em acordos de cooperação com diversos países e em cursos de formação em parcerias com os tribunais de contas dos Estados.

Segundo o ministro José Múcio Monteiro, que também participou do evento, a preparação do gestor público é muito importante para toda a sociedade. Além disso, destacou a importância da educação cidadã. “Essa é a educação que o Tribunal de Contas quer. Vamos ajudar o gestor a aprender a usar os recursos públicos”.

Para o presidente da ALRS, Pedro Westphalen, o político é

uma célula nobre da sociedade: a célula de transformação social. “Temos que valorizar a nossa atividade. Fazer com que as pessoas com bons propósitos queiram fazer política, porque é no Legislativo, a partir dos debates nas comissões, do exercício do diálogo nos gabinetes e em plenário, das vozes alçadas da tribuna que se manifestam, permanentemente, os anseios de uma sociedade”, concluiu.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do RS, Cezar Miola, falou que as instituições, como os seres humanos, não são perfeitas. No entanto, é importante que haja preparação para evitar os erros, função, segundo ele, do Tribunal de Contas. “Não estamos aqui apenas como fiscalizadores, mas como parceiros nas boas práticas”.

Participaram da programação do evento, conselheiros dos tribunais de contas estaduais do Sul, conselheiros-substitutos, membros do Ministério Público de Contas, prefeitos do Rio Grande do Sul, dirigentes e servidores dos órgãos federais, estaduais e municipais no Estado, servidores dos tribunais de contas do Brasil e autoridades civis e militares.

BELÉM

A segunda edição estadual do Diálogo Público ocorreu em Belém (PA), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). No encontro, foram abordados assuntos como fiscalizações coordenadas entre TCU e tribunais de contas estaduais e municipais, além da contribuição do controle externo na formulação de políticas públicas.

A palestra magna foi realizada pelo ministro-substituto do TCU, Marcos Bemquerer Costa sobre “O controle externo e as políticas pú-



George Caraca

Mesa de abertura do Diálogo Público em Porto Alegre.



Ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa discursando no Diálogo Público em Belém.

blicas: as dimensões da inovação e a eficiência da gestão pública”. Participaram do evento 1,5 mil pessoas, entre elas prefeitos dos 144 municípios do Pará, vereadores, estudantes e demais gestores públicos federais e estaduais.

Na ocasião, o ministro-substituto ressaltou a importância do trabalho realizado em parceria com o TCE-PA, destacando a realização de auditoria coordenada na área da educação – que incluirá outros tribunais de contas – tendo como objetivo traçar um diagnóstico do ensino médio do País. Ilustrou sua fala sobre educação com números que impressionam. Entre eles, o de que somente 50% dos jovens que estão na faixa etária de 18 anos completaram o ensino médio.

Bemquerer enfatizou a baixa execução orçamentária em diversos setores econômicos e sociais do País, o que denota que há certas fragilidades gerenciais no cumprimento dos investimentos previstos. Relatou que houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em todas as regiões brasileiras, mas que

as desigualdades persistem. Em seguida, ele reforçou a importância do controle social dos gastos públicos.

“E como o controle externo poderá contribuir para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, ainda, contribuir para uma eficiente e eficaz execução dessas políticas?”, perguntou o ministro-substituto aos participantes do evento. A resposta, apontou Bemquerer, está na gover-

nança, conceito recente, surgido nos Estados Unidos da América. É por meio da governança que se pretende tornar a administração pública federal um ambiente seguro e favorável para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em benefício da sociedade, a grande proprietária dos recursos públicos.

20 ANOS DA LEI 8.666/93

No dia 25 de junho, foi realizada em Brasília edição do Diálogo Público com o objetivo de discutir oportunidades de avanço na lei 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública Federal. Também se buscou contribuir para uma agenda positiva nas discussões acerca da legislação e da necessidade de aprimoramento dos processos de contratações públicas.

O evento, coordenado pelo ministro José Múcio Monteiro, marcou os 20 anos de promulgação da Lei, e contou com a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, especialistas e integrantes da iniciativa privada.



Abertura do Diálogo Público em comemoração aos 20 anos da lei 8.666/93.